

## **BARREIRAS TRANSPONÍVEIS: Entraves para o ensino de filosofia para surdos.**

Joedson Reis de Oliveira<sup>1</sup>

([dcjoedsonreis@gmail.com](mailto:dcjoedsonreis@gmail.com))

Yara Caroline Silva e Silva<sup>2</sup>

([cacheadayara@gmail.com](mailto:cacheadayara@gmail.com))

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é investigar os efeitos da aplicação da política de acessibilidade para estudantes surdos na rede pública estadual de ensino. O principal foco está na observação dos estudantes na sala de aula. Procuramos mensurar a relação desses estudantes com a disciplina. Além disso, a partir de observações, tendo o mesmo objeto, em experiências de estágio supervisionado. Como procedimento, a metodologia que está associada à visão sociológica da educação, na obra *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do sistema de Ensino*, de Félix Pierre Bourdieu, Jean-Claude PASSERON. Com foco nas observações das múltiplas dimensões das relações que os estudantes têm com a comunidade em geral e, principalmente, com a disciplina de filosofia. O estudo foi realizado durante curso de graduação, notadamente nas experiências de estágio supervisionado, vivência no Programa de Bolsa Institucional e Iniciação a Docência (PIBID) e contam com subsídios colhidos em seminários temáticos, aulas, curso de interprete e etc. A conclusão desse trabalho, deu-se com a identificação lacunas a serem percebidas pelos governos, gestores, legisladores e comunidade escolar. Nessa oportunidade, com o pouco que aprendemos e cientes da imensidão de conhecimentos, deixamos nossa contribuição para que sirva de subsídios para o aperfeiçoamento no atendimento desses estudantes nas escolas da rede pública servindo, ainda, às demandas identificadas para a área específica de formação, isto é, a filosofia.

**Palavras-chave:** Escola pública. Ensino de Surdos. Reprodução de desigualdades.

## INTRODUÇÃO

Uma das ricas experiências da academia é o despertar de olhares para questões que até então se encontravam ignoradas. Com o avançar dos semestres no curso de licenciatura em filosofia e a partir do contato com “o mundo dos surdos”, surgiu-nos a seguinte questão: *“Considerando a que filosofia é uma disciplina que possui um vocabulário específico e tipicamente com termos pouco populares e abstratos, sabendo que nas salas de aula o principal instrumento de ensino é a fala [oralidade], como está – mediante ao modo como vem sendo tratados -, a situação de aprendizagem desses estudantes com relação às habilidades esperadas?”*. A Pesquisa parte da percepção de alunos surdos do Colégio Estadual Barão do Rio Branco (CEBRB) da rede pública do ensino. Na busca de obter informações e de compreender melhor a realidade educacional desses estudantes. Não circunscrevemos, nossas observações apenas a uma escola, mas contamos também, com observações realizadas em outras escolas por meio da disciplina de *Investigação e Prática Pedagógica VII* e *Investigação e Prática Pedagógica IX*. Fundamentamos nossas percepções com a crítica ao reprodutivíssimo, compreendendo os surdos como pessoas ainda carentes de abordagens mais amplas para a promoção do seu desenvolvimento, articulando a escola e comunidade escolar a fim de garantir o aprendizado efetivo, dando por sua vez, condições para a superação dos ciclos históricos de marginalização e exclusão.

## METODOLOGIA

Compreendida no estudo de campo realizado nas instituições de ensino. A primeira no Colégio Estadual Barão do Rio Branco, por meio do PIBID. Na segunda a partir da experiência com a disciplina de Investigação e prática pedagógica IX cujo campo foi a Escola Heloísa Mourão Marques. E terceiro, com a utilização da obra “A Reprodução: [...]”, de Bourdieu. A pesquisa tem durabilidade a partir de março de 2015 e conclui-se em Dezembro de 2017. Nesta consideramos múltiplos recursos como entrevistas não-diretivas a professores, interpretes, coordenação pedagógica e alunos. Incentivados pelo trabalho de ROCHA, Terezinha Cristina C. (vencedora do prêmio Jovem Cientista, 2008), que nos deixou importantes subsídios para superação das dificuldades no processo de ensino e aprendizagem de alunos e educadores de todo o Brasil.

No Colégio Estadual Barão do Rio Branco (CEBRB), observamos três estudantes e sua relação com a disciplina de filosofia, ao passo que na escola Heloísa Mourão Marques (H.M.M) uma aluna foi objeto de nossos estudos. Analisamos o relato dos estudantes, considerando às dificuldades com a disciplina, dos interpretes que, em grande parte, encontram-se desfamiliarizados com a linguagem filosófica e professores com seus relatos de situação. Por fim, localizando o conceito de *capital cultural* e a apropriação deste por parte dos alunos e interpretes como parâmetro para inferir as condições que possibilitam o ensino de filosofia.

## DESENVOLVIMENTO

A partir da constituição democrática e da implantação do Estado democrático de direito, assumimos compromissos com o desenvolvimento social numa perspectiva igualitária com o intuito de promover o desenvolvimento pleno a todos. E assim diz nossa carta magna.

“Art. 205. A educação, direito de todos e deve do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação profissional.” (C.F., 2014, p. 121).

Todavia, com o passar dos anos e o acúmulo de conhecimentos socialmente produzidos, percebeu-se a necessidade de dar atenção a indivíduos em condições diferentes. Então graças a uma série de esforços sociais, ainda que tardiamente, a nação brasileira assume mais um compromisso com o desenvolvimento pleno daqueles que se encontram situações adversas.

“Art. 1º É reconhecido como meio legal de comunicação e expressão da Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. Parágrafo Único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a fora de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.” (Lei 10.436/2002)

No tocante a educação de surdos, há a garantia na Lei que estabelece a Libras como primeira língua do surdo e ainda o direito ao profissional intérprete na sala de aula. As conquistas obtidas na legislação fez com que a escola passasse a enxergar e a lidar com esses estudantes de modo diferente. O reconhecimento do uso da Libras como primeira língua, o direito a um profissional intérprete são condições fundamentais para auxiliar a compreensão das disciplinas na sala de aula.

Porém, algo nos chamou atenção durante as explicações dos conteúdos na sala. A atividade do intérprete, consiste fundamentalmente, numa ação de facilitação, é uma ponte entre a voz do professor e o aluno. Todavia, o professor na sua explicação manifesta um ato discursivo único e nesse acontecimento inevitavelmente requer do intérprete em muitos momentos a criação de sinais. Na dinâmica da sala e com o uso de termos abstratos e pouco conhecidos a interpretação fica comprometida. Por consequência, a completude da ação pedagógica. A reação dos intérpretes, na maioria dos casos, é ouvir atentamente o que o professor explica e transmitir posteriormente.

Por mais que seja nobre a intenção desses intérpretes, esta é uma das lacunas que a reflexão crítica pode trazer solução. Primeiro porque transfere responsabilidade do ensino para o intérprete, segundo por colocar em risco apreensão dos conteúdos. Outra dificuldade, quando observamos à escrita desses estudantes. O desprezo pela atividade escrita contido em boa parte da população, às lacunas no aprendizados de alguns estudantes e os índices educacionais que apontam irregularidades no aprendizado dos estudantes brasileiros.

Segundo dados de 2017 do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 7 (sete) de cada 10 (dez) têm nível insuficiente em português e matemática. Seguramente,

podemos inferir que ao manifestarem dificuldades em disciplinas elementares para interação com as outras; estes estudantes manifestam sistematicamente dificuldades nas demais disciplinas. Porém, no caso dos ouvintes, podem utilizar a audição para captar boa parte daquilo que o professor trabalha. No caso dos surdos, o interprete é fundamental para dar acesso aos conhecimentos trabalhados.

É digno de nota falar do imediatismo alimentado socialmente, faz com que disciplinas como literatura, história, filosofia, sociologia sejam desvalorizadas. Os alunos reproduzem um desinteresse preconceituoso e generalizado que acarreta em falta de hábito pela leitura – outras vezes por falta de acompanhamento familiar -. Afinal, como esperar que espontaneamente qualquer criança desenvolva gosto pela leitura se a mesma carece de estímulos? Conforme a presente questão, inferimos que grandes são as possibilidades desses mesmos estudantes [surdos] também não tenha interesse por outras disciplinas que requeiram hábito de leitura.

Mas os educadores em geral não teriam notado uma percepção de uma dificuldade que nós só agora trazemos à luz?! Obviamente não. A fim de responder a essa demanda há produções teóricas que visam facilitar o ensino de filosofia para surdos; é o caso da em época, estudante universitária Terezinha da Costa Rocha, que produziu *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais: A criação de sinais específicos da filosofia*. Não obstante, com o passar dos anos, esse trabalho é apropriado socialmente e outras contribuições se somaram a esta. Como explicar então as dificuldades relatadas anteriormente?

A incorporação de novas abordagens para públicos diferentes faz com que, paulatinamente, a escola torne-se cada vez menos meritocrática e mais inclusiva. Resultados como esses são frutos de um longo processo históricos que passa por exclusão, práticas de violências contra o surdo para que “aprendesse a falar”, até o reconhecimento de direitos específicos. A universalização do direito a educação é uma realização considerada progressista para a maioria das pessoas. Todavia, a euforia gerada pelo jargão da igualdade fez com que demorássemos a perceber diferenças cruciais para promover “[...] o pleno desenvolvimento de todos[...]”. Certo período nota-se que o Brasil passou por um período de crescimentos dos direitos e na base educacional ouve por consequência ampliação da noção de “igualdade” que antes era utilizada como eufemismo que promovia o diálogo com a perspectiva que ignorava a necessidade de atendimento especializado, consequentemente, contribuindo – em última análise - com a perpetuação da reprodução das desigualdades.

## ANÁLISE SITUACIONAL

A escola em sua estrutura física e funcional, tem sido a mesma a mais de há séculos, mas é inegável que muito em seu interior está diferente. Primeiramente, as escolas atuais possuem alunos com uma mentalidade ‘globalizada’. Diferentemente das em outras épocas as gerações anteriores disfrutavam de informações contidas em livros, transmitidas por cartas, rádios e ou televisão. Mas como em outras épocas a escola refletia as expectativas das sociedades. Logo, os conteúdos transmitidos na escola são aqueles considerados socialmente mais importantes. Neste contraste entre o novo e o velho, refletindo a partir P. Bourdieu identificamos que o sucesso dos estudantes pertencente à escola será determinado pelo acúmulo de conhecimentos que a escola (neste caso o campo) nos oferece.

“Podemos compreender o campo como uma rede de relações objetivas entre posições. Cada posição só pode ser definida por sua relação objetiva

com outras posições, isto é, só se podem apreender as características de uma posição através de sua situação atual e potencial na estrutura de distribuição de poder (tipo e volume de capital), cuja posse determina a obtenção de lucros específicos. Campos possuem objetivos específicos e uma lógica particular de funcionamento e estruturação. Possuem uma hierarquia interna, espaços de relações objetivas entre posições, objetos de disputa e interesses particulares de valorização e distribuição diferentes de tipos e volumes de capitais entre os agentes situados em diversas posições no espaço social” (Bourdieu, 1996, 1996<sup>a</sup>).

Não obstante é comum ouvir falar da tensão que estudantes têm em entrar na universidade. Assim, muitos dos estudantes buscam estudar “para fazer o ENEM” ou “para fazer o vestibular”. Essa visão utilitarista incute na mentalidade de milhões de jovens do ensino médio uma noção de competição que é lembrada todos os dias na escola. Portanto, se competem entre si e a escola absorve essas expectativas e os estudantes surdos, pertencente a esse contexto são influenciados.

Levando em consideração muito do que foi averiguado percebemos que a o distanciamento da Libras e da linguagem filosófica é o segundo dos *entraves* mais críticos que atingem os estudantes que aliados de uma ausência de política de nivelamento no domínio de conhecimentos base (como português e matemática) influem significativamente na manifestação do interesse pelo estudo e conseqüentemente no interesse pelas disciplinas específicas, tal qual a filosofia.

Se olharmos mais atentamente, dada às características da disciplina de filosofia, bem como os conceitos abstratos de difícil correspondência com o mundo objetivo, com às sutis flexões semânticas (que confundem muitas cabeças) entre outros, confirmaremos que o trabalho do intérprete poderá lidar com esta dificuldade. Os livros didáticos utilizados que podem ser elencados pelos professores, ainda não incorporaram maneiras de abarcar esse público específico, bem como não podemos afirmar que tivemos notícias de materiais didáticos específicos para surdos sendo utilizados nas escolas da rede pública estadual durante o período dessa pesquisa.

Por esse motivo, que explicam a ausência de recursos materiais – pensando em outras disciplinas – e teóricos é que apontamos a necessidade das formações continuadas utilizando produções como as de Terezinha da Costa Rocha. Mas reconhecendo os limites impostos a todos sistemas linguísticos e necessita-se que as formações tenham em mente a construção e ampliação de vocabulários temáticos das disciplinas, bem como da difusão sistemática desses termos no ambiente educacional.

As escolas públicas, como sabemos, existem com o propósito de difundir conhecimentos com determinada relevância social e conteúdos que devem ser assimilados pelos alunos, de modo que, aqueles que melhor assimilam esses conhecimentos, nomeados de *Capital Cultural*, dispõem de lugares privilegiados no *status quo* do interior da escola e conseqüentemente, nos espaços mais privilegiados da sociedade. Essa apropriação de conteúdos, que Bourdieu nomeia de *Capital Cultural*, é o que irá determinar as possibilidades de espaços ocupados por parte de cada indivíduo, conforme esse domínio de determinados vocabulários. Assim, encarando a perspectiva da reprodutivista, questionamos a efetividade da aplicação das políticas de acessibilidade que promova “o *pleno desenvolvimento*”, possibilitando aferir o resultado social da legislação e investimentos.

“Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore [...] as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais.”  
(BOURDIEU, P. 2009).

A identificação paulatina das necessidades de tratamento adequado a quem necessita de tal atenção é fundamental, pois gera dados que subsidiam, isto é, que fundamentam a geração de políticas públicas. Desde modo, este trabalho também ajuda a verificar como está sendo aplicada a política de acessibilidade e apontar formas de melhoramento da mesma. No que tange ao recorte histórico estamos lidando, podemos perceber que primeiramente a escola se insere no processo que passa pela perspectiva do aumento do atendimento educacional a todos os públicos indiscriminadamente. Assim, a escola passa a ter um olhar menos generalista sobre seus alunos e, ainda, as reflexões sobre as diferenças de condições entre os alunos geram políticas públicas. Deste modo, analisaremos como o ensino de filosofia – cujo acreditamos ser de importância central para o desenvolvimento da criticidade intelectual – na escola pública tem permitido o estudante surdo um aprendizado efetivo em relação aos conteúdos trabalhados, as atividades desenvolvidas na escola, o interesse dos mesmos entre outros.

Outro ponto importante é que a filosofia é uma disciplina cuja fala ocupa espaço central na prática dos professores. Muitas vezes com pouco tempo a disposição para realização de cada aula a concentração das explicações por meio da fala conserva um distanciamento da apropriação de um vocabulário de filosofia. Por vezes, até os próprios interpretes – que não tem proximidade com a disciplina – têm dificuldades de transmitir “o *que quer dizer*” ou “*como é*” determinado sinal. Atualmente, as escolas tentam dar conta não apenas de *quantos* atenderem, mas em *como* atender aos mais diversos públicos. É certo que a universalização da educação em todos os níveis, ou pelo menos até o ensino médio é um sonho ainda ousado para a realidade do Brasil, mas seguiremos concentrados na questão da relação do ensino de filosofia para os estudantes surdos.

## **ASPECTO ANTROPOLÓGICO**

Para realização da interação com os estudantes requer certo grau de domínio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), pois é natural que alguns surdos demonstrem impaciência para interpretar mímica, enfadonhar-se na interpretação de configurações de mão realizadas uma a uma. Para efeito, apropriação da LIBRAS é condição fundamental poder dialogar com esses alunos e explorá-los a partir das percepções que eles expressão. De outro modo, o percurso para explorar percepções desses estudantes seria muito longo.

## CONCLUSÃO

Tendo a legislação vigente como ponto de partida, o campo de estudo como referência para averiguação da aplicação de políticas públicas, o arcabouço teórico de P. Bourdieu e J. Passeron e o trabalho de Terezinha R. Costa como uma entre muitas formas de superação do reprodutivismo na escola e do abandono total de uma perspectiva meritocrática na escola é concluímos, no que tange ao atenção dada ao referido público, percebemos a necessidade de reflexão para uma abordagem didático pedagógica, e ainda, por meio de iniciativas de estado, maneiras de promover nivelamento de conhecimentos básicos para a retirada efetiva de indivíduos que encontram-se inseridos na monotonia *copista*, desprezando o desenvolvimento das potencialidades do surdo. Reforçamos a convicção, já manifesta em legislação, da necessidade do envolvimento dos pais no processo educacional – mesmo que nestes casos haja interpretes- até a conclusão da ultima fase da educação básica.

### Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BOURDIEU, P. *Escritos de educação. 2. Ed. Petrópolis: vozes, 1998.*

BOURDIEU, P; PASSERON, Jean-Claude: *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do sistema de Ensino.* Col. Recensões LusoSofia, 2009.

FREITAS, M. M. C. *Organização escolar e socialização profissional de professores iniciantes.* Cadernos de Pesquisa, n. p. 155-172, março/2002.

ROCHA, Terezinha Cristina C. *Dicionário da língua Brasileira de sinais: A criação de sinais específicos da filosofia.* UFMG -2009.

ROCHA, Terezinha Cristina C. *Acessibilidade em LIBRAS ao discurso filosófico no ensino superior.* UFMG -2010.